

Ata da 20ª Reunião Ordinária do Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI

Data: 20 de janeiro de 2005

Horário: 10:00h às 17:00h

Local: Blue Tree Hotel, Brasília/DF

I. Presentes (Anexo I)

I.1. Membros do Comitê Gestor

Eduardo Moreira da Costa – FINEP

Geraldo Sorte – CNPq – Suplente

Imre Simon – USP – Comunidade Científica – Suplente

José Carlos De Luca – ASSESPRO – Setor Empresarial

Márcio Ellery Girão Barroso – SOFTEX – Setor Empresarial – Suplente

Paulo Roberto Tosta da Silva – FINEP

Roberto Pinto Martins – MCT – Suplente

Sérgio Bampi – UFRGS, Representante da Comunidade Científica – Suplente

I.2. Equipe Técnica e Convidados

Alessandra de Moura Brandão – MCT/SEPIN

Alisson Alexandre Araújo – MCT/SETEF

Célia Joseli do Nascimento – MCT/SEPIN

Flávio Lenz Cesar – MC

Francisco Silveira dos Santos – MCT/SEPIN

Gerardo Figueiredo Neto – MDIC

Henrique de Oliveira Miguel – MCT/SEPIN

Janaina Prevot – FINEP

Luiz Cláudio Carneiro – ABINEE

Luiz Tadeu da Silva – MCT/SEPIN

Maria Sylvia Derenusson – ABC

Paulo Müller – CNPq

Rogério Vianna – MDIC

Victoria Amanda Hirle de Freitas – MDIC

II. Proposta de Pauta da Reunião (Anexo II)

III. Lista de material entregue (Anexo III)

IV. Andamento da reunião

1. Apreciada e aprovada a ata da reunião anterior, **Roberto Pinto Martins** informou que o Ministério das Comunicações havia indicado seus novos representantes: Augusto César Gadelha Vieira, titular, e Flavio Lenz César, suplente. Explicou que, no entanto, não havia ainda saído a portaria de nomeação.
2. **Roberto Pinto Martins** lembrou que, na 19ª Reunião, o CATI havia sugerido alocar R\$ 11,227 milhões dos recursos disponíveis para 2005 às Ações Transversais (Anexo IV), mas que tinha havido uma mudança na apresentação das ações (Anexo V) e que, portanto, o Comitê de Coordenação dos Fundos – CCF, em reunião realizada em 19/01, havia remanejado os recursos (Anexo VI). **José Carlos De Luca** disse ter

estranhado o fato de software e microeletrônica não estarem explicitados como título de ação transversal. **Sérgio Bampi** disse que era preciso que o CATI insistisse, junto ao CCF, em manter, para a ação transversal, a nomenclatura original, *Apoio a setores prioritários da PITCE*, e no destacamento das áreas de hardware/semicondutores e de software como prioritárias. Ressaltou que as empresas de hardware contribuíam para o CT-Info e que eliminar das prioridades o Programa Nacional de Microeletrônica era um equívoco que precisava ser alertado para o CCF. Registrou que não concordava com o calendário definido pelo CCF, segundo o qual a próxima reunião dos Comitês Gestores ocorreria apenas em abril, após o lançamento das Chamadas Públicas e Encomendas, insistindo na necessidade de realização de uma reunião intermediária. Após discussão, o CATI decidiu referendar a alocação de recursos definida pelo CCF, apresentando algumas recomendações (Anexo VII).

3. Em seguida, **Roberto Pinto Martins** deu início à discussão sobre as ações verticais a serem apoiadas pelo CT-Info em 2005. Informou que, após a destinação de recursos para as ações transversais, o Comitê teria R\$ 9,227 milhões para alocar às ações verticais. Explicou que, em reunião realizada em 05 de dezembro, o CATI havia levantado uma série de propostas, as quais haviam sido compiladas e distribuídas aos membros (Anexo VIII). **Flávio Lenz César** apresentou duas propostas de ação vertical (Anexo IX). Para essas, o CATI decidiu sugerir ao CCF que a proposta *Tecnologia Nacional para Inclusão Digital* fosse incluída na ação transversal *Tecnologia para o Desenvolvimento Social*. **Márcio Ellery Girão Barroso** disse que o setor empresarial tinha ressalvas a respeito do apoio, com recursos do CT-Info, à ação *Infra-estrutura de chaves públicas*, por haver uma demanda de empresa nacional alegando a capacidade de produzir ou já ter produzido todo ou parte do projeto proposto pelo ITI. **Flávio Lenz César** explicou que o FUNTTEL tinha um projeto junto com o CPqD, por uma demanda da ABIN, para geração de uma plataforma criptográfica nacional voltada para comunicação, para gerenciamento dessas chaves, desenvolvimento de hardware, de algoritmos e implementação desses algoritmos em software livre. Esclareceu que, para evitar que o CATI financiasse algo que já estava sendo feito, seria importante que ITI e CPqD entrassem em contato com o Comitê, sendo que, como o conteúdo do projeto era confidencial, o CPqD deveria analisar o conteúdo do projeto do ITI para verificar a interseção das iniciativas. Diante desses fatos, o CATI solicitou que, até o dia 14 de fevereiro, Ministério das Comunicações/CPqD, ITI/FINEP e setor empresarial enviassem por e-mail informações sobre os projetos de plataforma criptográfica, sendo que o apoio à ação de infra-estrutura de chaves públicas ocorreria somente se ficasse demonstrada a não-existência de interseção entre os projetos e a não-capacidade, por parte das empresas nacionais, de produção desse tipo de infra-estrutura. Com relação às ações verticais, o CATI decidiu: 1) alocar R\$ 1,5 milhão em 2005 para a ação Bolsas, Fixação de Doutores e *post-docs* para Engenharia de Software; 2) alocar R\$ 2,00 milhões de 2005 para uma nova chamada PD&I-TI; 3) destinar R\$ 2,50 milhões em 2005 para uma nova chamada de software para segmentos emergentes, nas áreas de entretenimento, educação e software embarcado; 4) destinar 1,727 milhão às ações na área de hardware, a saber, *Modernização da infra-estrutura tecnológica das instituições de ensino e pesquisa (atualizações de software e ferramentas de projetos)* e *Criação de desenvolvimento de infra-estrutura de chaves públicas*, sendo que a divisão dos recursos entre os dois projetos ficaria condicionada à aprovação do apoio à segunda ação; 5) destinar 1,5 milhão à realização de três estudos, tendo sido decidido que R\$ 0,5 milhão seria alocado à *Pesquisa sobre uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC e do e-business nas empresas* e que os outros dois estudos seriam definidos na próxima reunião do CATI.

4. **Sérgio Bampi** registrou que havia uma demanda de informações da comunidade acadêmica acerca da continuidade dos projetos do PD&I-TI, no valor de R\$ 3,5 milhões para 2004 com valores previstos para bolsas, os quais não haviam sido ainda contratados. Pediu que ficasse registrado em ata a necessidade de o MCT e suas agências apresentarem uma explicação a esse respeito. **Paulo Roberto Tosta da Silva** perguntou se os projetos do Aditamento do Software Livre poderiam ser contratados. **Roberto Pinto Martins** explicou que a questão dos recursos autorizados para 2004, mas que ainda não haviam sido implementados, estava sendo discutida entre MCT, FINEP e CNPq. Pediu que essas demandas fossem adiadas e disse que, em breve, o MCT e suas agências apresentariam um quadro da situação.
5. Em seguida, **Alessandra de Moura Brandão** apresentou os Pleitos de Credenciamento para os quais foi solicitada deliberação presencial (Anexo X). O CATI decidiu indeferir os pleitos de credenciamento relativos aos Pareceres Técnicos SEITEC/CATI nº 022/2004, referente ao Núcleo de Elétrica e Eletrônica da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade da Fundação Mineira de Educação e Cultura, nº 024/2004, referente ao Curso de Engenharia Elétrica das Faculdades Integradas Torricelli, mantida pela Associação de Ensino Superior Elite S/C Ltda, nº 029/2004, referente ao Centro Avançado de Engenharia e Serviços do Recife – CAESER, e nº 030/2004, referente ao Instituto Educação sem Fronteiras – IESF. **Sérgio Bampi** solicitou que, como havia novas informações a respeito do Parecer Técnico SEITEC/CATI nº 025/2004, referente à Coordenação de Engenharia do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB, mantida pelo Centro de Educação Superior de Brasília - CESB, ele fosse reelaborado e submetido novamente a votação eletrônica. Com relação ao Parecer Técnico SEITEC/CATI nº 028/2004, referente ao Curso de Engenharia de Sistemas Digitais da Unidade de Guaíba da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, **Sérgio Bampi** pediu vistas ao processo. Disse que elaboraria um parecer por escrito e solicitou que o pleito fosse discutido presencialmente na próxima reunião do CATI.
6. **Célia Joseli do Nascimento** apresentou a situação dos pleitos de credenciamento de instituições de ensino e pesquisa submetidos ao CATI até 18 de janeiro de 2005, que totalizavam 231, sendo 168 as instituições já credenciadas (Anexo XI). Informou, então, que a posição relativa aos depósitos no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na categoria de programação específica Fundo Setorial de Tecnologia da Informação (CT-Info), em 2004, era de R\$ 12,073 milhões no primeiro trimestre, de R\$ 9,489 milhões no segundo trimestre, R\$ 11,899 milhões no terceiro trimestre e R\$ 5,097 milhões no quarto trimestre, somando R\$ 38,576 milhões (Anexo XII).
7. **Henrique de Oliveira Miguel** lembrou que, durante o Seminário dos Fundos Setoriais, o Ministro Interino, Luiz Manuel Rebelo Fernandes, havia sugerido que os Comitês Gestores apresentassem ao CCF propostas de grandes ações que ultrapassassem seu orçamento para tentar alavancar recursos contingenciados. Solicitou que, nesse contexto, poder-se-ia pensar em reapresentar as propostas não apoiadas por falta de recursos e outras, que deveriam ser colhidas, por meio eletrônico, até o dia 14 de fevereiro, para que a discussão fosse retomada na próxima reunião.
8. **Roberto Pinto Martins** solicitou que fosse consignado na presente ata a aprovação pelo CATI dos valores das bolsas do Programa Nacional de Microeletrônica – PNM Design, período 2004 a 2008 (Anexo XIII).
9. Registre-se, ainda, a seguinte errata à Ata da 19ª Reunião do CATI: no item 7, linha 24, onde se lê “Ficou decidido que seriam apoiados integralmente os 13 projetos mais

bem qualificados”, leia-se “(...) os 11 projetos mais bem qualificados, no valor total de R\$ 5.985.086,00”, conforme tabela do PD&I-TI apresentada ao Comitê (Anexo XIV).

10. Tendo ficado decidido que a data da próxima reunião seria 16 de fevereiro e que entre os pontos de pauta constariam: 1) Ações Verticais 2005: (a) definição do conteúdo dos três estudos a serem apoiados pelo CT-Info em 2005; (b) esclarecimento e definição sobre o aporte de recursos à ação *Desenvolvimento de uma infra-estrutura de chaves públicas*; (c) termos de referência dos instrumentos a serem lançados em 2005; 2) Deliberação presencial acerca do Parecer Técnico SEITEC/CATI nº 025/2004, referente à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, com a análise do parecer elaborado por Sérgio Bampi; 3) Discussão e Aprovação da Proposta do GT VIII, para Revisão dos Critérios de Credenciamento e Descredenciamento de Instituições de Ensino e Pesquisa; 4) Situação das Ações 2004: (a) Programa de Apoio a Segmentos Emergentes – Visualização; (b) Núcleo de Apoio Jurídico ao Software Livre; (c) Programa para Melhoria do Software Brasileiro; (d) Plano de desenvolvimento da exportação brasileira de programa de computação (software) e de seus serviços correlatos; (e) PDPG-TI; (f) RHAÉ Inovação, **Henrique de Oliveira Miguel** agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

De acordo,

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Comunidade Científica

Comunidade Científica

Setor Empresarial